



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 78 – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA) analisará as informações e notificará o responsável pela fonte poluidora sobre os prazos para adaptação da mesma às normas e aos padrões vigentes no Município, informando tais providências ao CODEMA.

Parágrafo único – Para efeito do disposto neste artigo, a fonte poluidora remeterá à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para aprovação, os projetos de controle ambiental e seu cronograma de implantação.

Seção IV
DAS AUTORIZAÇÕES

Art. 79 – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável analisará e decidirá os pedidos para realização, dentro do Município, das atividades que, por exigência desta Lei, exijam prévia autorização, em especial para:

- I** – utilização de serviço de alto-falantes ou fontes sonoras;
- II** – execução de serviços de construção civil em horário especial;
- III** – disposição de resíduos sólidos e entulhos;
- IV** – movimentação de terra, aterro, desaterro e bota-fora;
- V** – poda, plantio, transplante ou supressão de espécime arbóreo e demais formas de vegetação, em áreas de domínio público municipal ou privado, dentro da área urbana;
- VI** – realização de shows, feiras ou similares em praça ou parque florestal;
- VII** – execução de atividade extrativa de recursos naturais em áreas de domínio público;
- VIII** – fixação de cartazes, faixas, outdoors e outros artifícios passíveis de poluição visual;
- IX** – fixação de cabos, fios ou similares na arborização pública;
- X** – transporte, com trajeto em área urbana municipal, de substâncias químicas, minerais, explosivos, gases, terra, bota-fora, resíduos, rejeitos, detritos e similares;
- XI** – uso de agrotóxicos nas capinas químicas de rua, quintal e similares;
- XII** – realização de projeto de pesquisa científica que implique danos à fauna e/ou à flora locais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 1º – Compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável emitir parecer de manifestação prévia para projetos de parcelamento do solo para fins urbanos ou industriais, sem o qual os referidos projetos não poderão ser analisados e aprovados pelos demais órgãos municipais.

§ 2º – Compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável emitir parecer técnico para emissão de Alvará de Localização e Funcionamento de empresas potencialmente poluidoras e/ou contaminadoras do meio ambiente.

§ 3º – Dispensam autorização prévia da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA) as obras e os serviços urgentes e inadiáveis, decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, de acidentes graves ou de perigo iminente à segurança e ao bem-estar da comunidade, bem como o restabelecimento, em caráter de urgência, de serviços públicos essenciais.

Capítulo XIV
DA FISCALIZAÇÃO E DO CONTROLE DAS FONTES DE POLUIÇÃO E DAS
ATIVIDADES UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS

Art. 80 – Ficam proibidos e constituem infração administrativa ambiental o lançamento ou a emissão de poluentes, direta ou indiretamente, nos recursos naturais, assim como a degradação destes, nos termos da legislação aplicável.

Art. 81 – No exercício da atividade fiscalizadora para o cumprimento dos dispositivos desta Lei e de seu Regulamento, os técnicos e os agentes credenciados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ficam autorizados, na forma da lei, a entrar nas dependências das fontes poluidoras localizadas ou que vierem a se instalar no Município e a ali permanecer pelo tempo que se fizer necessário ao cumprimento de sua missão.

Parágrafo único – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, quando necessário, poderá requisitar apoio policial para garantir o cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 82 – À Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e aos agentes competentes e/ou credenciados compete:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

- I – efetuar vistorias em geral, levantamentos e avaliações;
- II – verificar a ocorrência de infração;
- III – lavrar de imediato o auto de fiscalização e, se for o caso, o de infração, fornecendo cópia ao autuado;
- IV – elaborar relatórios de vistorias.

Art. 83 – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável poderá, a seu critério, determinar às fontes poluidoras, com ônus para elas, a execução de medições dos níveis e das concentrações de suas emissões e de seus lançamentos de poluentes nos recursos ambientais.

Parágrafo único – As medições de que trata este artigo poderão ser executadas pelas próprias fontes de poluição ou por empresas de reconhecida idoneidade e capacidade técnica, sempre com acompanhamento de técnico ou agente credenciado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Capítulo XV
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 84 – Os infratores dos dispositivos da presente Lei, de seu regulamento e das normas deles decorrentes ficam sujeitos às seguintes penalidades, sem prejuízo das cominações civis e penais cabíveis:

- I – advertência por escrito, em que o infrator será notificado a fazer cessar a irregularidade, sob pena de imposição de outras sanções previstas nesta Lei;
- II – multa simples, calculada por unidade, metro quadrado, metro cúbico e/ou outra medida pertinente, de acordo com a natureza da infração cometida, conforme consta no Anexo I desta Lei;
- III – multa diária, a ser aplicada na hipótese de reincidência e sempre que ocorrer cometimento da infração;
- IV – suspensão ou revogação de concessão, permissão, licença ambiental ou autorização;
- V – apreensão dos produtos e subprodutos da flora e de instrumentos, apetrechos, máquinas, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na prática da infração, exceto ferramentas e equipamentos não mecanizados, lavrando-se o respectivo termo, conforme consta no Anexo I desta Lei;
- VI – destruição ou inutilização do produto;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

VII – suspensão de venda e fabricação do produto;

VIII – embargo de obra ou atividade;

IX – demolição de obra ou empreendimento;

X – perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município, a ser executada pelo órgão competente do Executivo Municipal, em atendimento a parecer técnico emitido pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente;

XI – reparação, reposição ou reconstituição do recurso ambiental danificado, de acordo com suas características e com as especificações definidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

XII – proibição de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo período de até 3 (três) anos.

§ 1º – A aplicação das sanções previstas neste artigo será precedida de regular processo administrativo, e, para efeito da aplicação de penalidades, as infrações aos dispositivos desta Lei e de seu regulamento serão classificadas como leves, graves ou gravíssimas.

§ 2º – Se o infrator praticar, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 3º – A aplicação das sanções previstas nesta Lei não exonera o infrator das cominações civis e penais cabíveis.

§ 4º – Além de se sujeitar às sanções previstas neste artigo, está o infrator obrigado, independentemente de existência de culpa, a indenizar ou recuperar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por sua atividade.

§ 5º – Para a aplicação das multas, as especificações das infrações e dos valores a serem aplicados, levando-se em consideração a natureza da infração, as suas consequências, o porte do empreendimento, os antecedentes do infrator e as demais circunstâncias agravantes ou atenuantes, encontram-se no Anexo I desta Lei.

§ 6º – A multa simples, a critério da SEMA, poderá ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, sem prejuízo da execução de outras medidas exigidas em lei.

§ 7º – A apreensão e a destruição referidas nos incisos V e VI do “caput” deste artigo obedecerão às seguintes disposições:

I – tratando-se de produtos perecíveis ou madeiras, serão estes avaliados e doados a instituições científicas, hospitalares, penais e/ou outras com fins beneficentes;

II – os produtos e os subprodutos da fauna não perecíveis serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

III – os instrumentos utilizados na prática da infração serão vendidos, garantida a sua descaracterização por meio de reciclagem.

Parágrafo único – A Prefeitura Municipal de Brumadinho será a depositária dos produtos apreendidos.

Art. 85 – As multas previstas nesta Lei poderão ser parceladas em até 12 (doze) vezes, corrigindo-se o débito pela Unidade Fiscal da Prefeitura de Brumadinho (UFPB), desde que as parcelas não sejam inferiores a 3 (três) dessas unidades e mediante pagamento, no ato, da primeira parcela.

Art. 86 – As penalidades previstas nesta Lei incidem sobre os autores, sejam eles pessoa física ou jurídica, por seus representantes legais ou contratuais, ou sobre quem, de qualquer modo, concorra para a prática da infração ou para obter vantagem dela.

§ 1º – Se a infração for praticada com a participação direta ou indireta de técnico responsável, será o fato motivo de representação para abertura de processo disciplinar pelo órgão de classe, sem prejuízo de outras penalidades.

§ 2º – A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover sua imediata apuração, mediante processo administrativo próprio, sob pena de responsabilidade funcional, sem prejuízo de outras sanções civis e penais cabíveis.

Capítulo XVI
DA FORMALIZAÇÃO DAS SANÇÕES

Art. 87 – Constatada a infração, será lavrado o respectivo auto em 3 (três) vias, destinando-se a primeira ao autuado e as demais à formação do processo administrativo, devendo aquele instrumento conter os dados necessários para a caracterização do infrator, bem como da infração.

Art. 88 – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável notificará por escrito ao infrator a imposição das penalidades previstas neste Regulamento, pessoalmente ou por via postal sob Aviso de Recebimento (AR).

Art. 89 – As multas previstas neste Regulamento deverão ser recolhidas pelo infrator no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, sob pena de inscrição em dívida ativa.

§ 1º – O recolhimento deverá ser feito em estabelecimento de crédito credenciado para tal fim, a favor do Fundo Municipal de Meio Ambiente.

§ 2º – O não recolhimento da multa no prazo fixado, além de sujeitar o infrator à cessação do direito de recurso, acarretará correção monetária e juros de mora de 1% (um



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

por cento) ao mês, a partir do mês subsequente ao do vencimento do prazo fixado para o recolhimento.

Capítulo XVII
DOS RECURSOS

Art. 90 – O autuado poderá apresentar defesa no prazo de 30 (trinta) dias contados da autuação, devendo ser tal recurso dirigido, em primeira instância, ao Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, sob protocolo, e, se for o caso, em segunda instância, ao CODEMA, que o incluirá na pauta da primeira reunião que se seguir.

Parágrafo único – Os recursos dirigidos ao Plenário do CODEMA serão interpostos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão de primeira instância pelo infrator.

Art. 91 – Na análise dos recursos administrativos, serão observados:

I – multa-base, prevista no Anexo I desta Lei;

II – atenuantes e agravantes;

III – dano e recomposição ambiental;

IV – existência de nulidade.

§ 1º – São circunstâncias que atenuam a aplicação de sanção administrativa:

I – baixo grau de instrução ou escolaridade do infrator;

II – arrependimento do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano ou limitação significativa da degradação ambiental causada;

III – comunicação espontânea, pelo infrator, do perigo iminente de degradação ambiental;

IV – situação pregressa do infrator e qualidade ambiental da propriedade.

§ 2º – São circunstâncias que agravam a aplicação de sanção administrativa:

I – reincidência nas infrações de natureza ambiental;

II – dano a florestas primárias ou em estágio avançado de regeneração;

III – dolo;

IV – atos que exponham a risco a saúde da população ou o meio ambiente;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

V – atos que concorram para danos à propriedade alheia;

VI – dano a áreas de Unidades de Conservação ou a áreas sujeitas a regime especial de uso por ato do poder público;

VII – atos de dano ou perigo de dano praticados em domingos, feriados, à noite ou em época de seca;

VIII – se o infrator for servidor público municipal com funções de fiscalização ambiental.

Art. 92 – O infrator, quando autuado por intervenção em área para exploração clandestina de que possa resultar impacto sobre o solo, tem o prazo de 30 (trinta) dias para regularizar a situação na SEMA, com vistas ao desembargo de suas atividades.

Capítulo XVIII
PUBLICIDADE E AUDITORIA

Art. 93 – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e/ou o CODEMA poderão, por conveniência técnica, determinar a realização de auditoria, por conta do beneficiário da autorização, para que sejam definidos:

- I** – os níveis efetivos ou potenciais de poluição e/ou degradação ambiental provocadas por atividades de pessoas físicas ou jurídicas;
- II** – as condições de operação e manutenção dos equipamentos e dos sistemas de controle da poluição;
- III** – as medidas a serem tomadas para restaurar o meio ambiente e proteger a saúde humana e a biota;
- IV** – a capacitação dos responsáveis pela operação e pela manutenção de sistemas, rotinas, instalações e equipamentos de proteção ao meio ambiente e à saúde do trabalhador.

Parágrafo único – No caso de negligência, imperícia, imprudência, inexatidão, falsidade ou dolo na realização da auditoria, o auditor ficará proibido de exercer sua função no Município.

Art. 94 – A concessão ou a renovação das licenças previstas nesta Lei serão precedidas do edital a elas correspondente, publicado em jornal de circulação local, com ônus para o requerente, (pelo requerente) assegurado à população prazo não inferior a 20 (vinte) dias para exame do processo e para apresentação, por escrito, de impugnação fundamentada tecnicamente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 95 – A autoridade fiscalizadora fará a divulgação das sanções impostas aos infratores desta Lei no quadro de publicações oficiais da municipalidade.

Capítulo XIX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 96 – Ficam o Prefeito Municipal e o CODEMA autorizados a determinar medidas de emergência, a serem especificadas em Portaria, a fim de evitar episódios críticos de poluição ambiental ou impedir sua continuidade, em caso de grave ou iminente risco para vidas humanas e recursos ambientais.

Parágrafo único – Para a execução das medidas de emergência de que trata este artigo, a atividade de qualquer fonte poluidora poderá ser reduzida ou impedida, durante o período crítico, na área atingida pela ocorrência, respeitadas as competências da União e do Estado.

Art. 97 – À Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável caberá controlar as formas de radiações ionizantes e eletromagnéticas, as substâncias, os produtos e os equipamentos que as produzem e as áreas físicas onde tais atividades se desenvolvem, exigindo dos seus responsáveis as soluções técnicas admissíveis.

§ 1º – O Poder Executivo estabelecerá o zoneamento e fixará as categorias de uso e ocupação do solo no Município referentes à implantação de empreendimentos de radiações ionizantes, não-ionizantes e eletromagnéticas, com base na legislação específica.

§ 2º – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA) exigirá dos responsáveis por empreendimentos do tipo estações repetidoras/transmissoras de telefonia celular e fixa ou de telecomunicações a localização de cada fonte sobre mapeamento do Município, com especificação dos dados para controle de emissões de cada uma, considerado o zoneamento de que trata o parágrafo anterior.

Art. 98 – Os recursos provenientes de aplicação de multas, emolumentos, licenciamentos ambientais e reposição florestal previstos nesta Lei serão creditados diretamente ao Fundo Municipal de Meio Ambiente e terão destinação exclusiva para programas de recomposição florestal, de regeneração conduzida, de plantio de espécies nativas ou exóticas, de arborização urbana, de manutenção de praças e jardins urbanos e/ou de aprimoramento técnico do quadro de pessoal do órgão competente e/ou para aquisição de material logístico para as atividades fins da SEMA.

§ 1º – Fica instituído o Programa de Reposição Florestal (PRF) à conta de recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente, em especial daqueles havidos da



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

aplicação desta Lei, com base nos seus Anexos I e II, que fixam o valor das multas pecuniárias e das taxas e dos emolumentos referentes a vistorias e reposição florestal.

§ 2º – Aplicam-se subsidiariamente a esta Lei o disposto na Lei Complementar nº 35, de 18 de junho de 2003, que dispõe sobre o Código de Posturas Municipais, e, em especial, as cominações quanto a infrações, relacionadas nos seus Anexos I e II.

Art. 99 – Os procedimentos relativos à prevenção, ao controle e ao combate a incêndios florestais e às queimadas de modo geral são os definidos em lei específica.

Art. 100 – No caso de reforma e abertura de estradas e rodovias, a plantação de gramíneas às margens das vias, quando necessária, será feita com espécies de baixo porte ou de hábitos estoloníferos, com vistas à prevenção de incêndios.

Art. 101 – O Poder Executivo publicará anualmente, no dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, a relação, em ordem alfabética, dos nomes dos estabelecimentos comerciais e industriais que, nos doze meses imediatamente anteriores, tenham sido apenados, com base na legislação ambiental do Município, com multa ou suspensão de atividades, por infrações consideradas graves ou gravíssimas pelo Conselho de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA).

Art. 102 – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável providenciará a consolidação de toda a legislação e de todos os atos normativos relativos à questão ambiental.

Art. 103 – Fica instituído o prêmio “Excelência Ambiental”, com o qual o Município agraciará anualmente, na Semana do Meio Ambiente, pessoas, empresas ou instituições que se destacaram por atividades na área ambiental.

Art. 104 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 863/95.

Brumadinho, 22 de dezembro de 2005.

Antônio do Carmo Neto
Prefeito Municipal